

JOSÉ DO PATROCÍNIO: O ABOLICIONISTA POR DETRÁS DO ROMANCISTA

Marcos Teixeira de Souza¹

RESUMO

O abolicionismo marcou a geração de 70 (e 80), do século XIX. Dentre os intelectuais participantes desta geração, a voz e a escrita de José do Patrocínio figuram indubitavelmente entre as mais destacadas. No romance *Motta Coqueiro ou a pena de morte*, escrito em 1877, Patrocínio ressalta o drama dos negros e agregados na estrutura colonial. Neste artigo, oriundo de uma pesquisa de mestrado, pretendo discutir este olhar abolicionista de Patrocínio sobre o negro no romance citado.

Palavras-chave: José do Patrocínio. Literatura. Negro.

ABSTRACT

Abolitionism influenced the 70's (and 80's) generation in the 19th century. Among the intellectuals of this generation, José do Patrocínio's voice and writing undoubtedly appear as one the most prominent. In novel *Motta Coqueiro ou a pena de morte*, written in 1877, emphasizes the Black people and rural workers' drama in the colonial structure. In this article, concerning the research of a master, I intend to debate Neste artigo, pretendo discutir este olhar abolicionista de Patrocínio no romance citado.

Keywords: José do Patrocínio. Literature. Black people.

INTRODUÇÃO

Ao passear pela história da literatura brasileira é possível ver uma dualidade presente constantemente quanto ao lugar do negro na nossa literatura: em geral, são literatos brancos que escrevem sobre nossa gente, nossos costumes, nossos dramas, novos amores, nossas paisagens, nossas identidades, etc. São autores brancos, em sua maioria, e diga-se de passagem, ou autores embranquecidos pelas historiografias ou pelos contextos que os elevam à categoria de ser posto ou reconhecido como um literato branco, a exemplo do que ocorrera com Machado de Assis.

Se nossa literatura brasileira teria seus voos, digamos, com ares mais de nossa brasilidade apenas no transcorrer do século XIX, e se lembrarmos que a

¹ Doutorando em Sociologia – IUPERJ. É membro pesquisador do Centro de Estudos Afro-Asiáticos - CEAA. E-mail: prof1marcos@hotmail.com

escravidão, a abolição e a pós-abolição (durante ainda muitos anos) nos legou uma população negra ou afrodescendente analfabeta ou pouco letrada, parece-nos ser muito importante olhar o que pensaram, escreveram e publicaram no meio literário os poucos literatos negros. Este artigo se propõe a discutir um olhar de José do Patrocínio em seu primeiro romance: *Motta Coqueiro* ou a pena de morte, publicado em 1877, ou seja, há onze anos da Abolição, que teve Patrocínio como um dos mais eminentes protagonistas.

José do Patrocínio, ainda que ostente nas historiografias brasileiras um nome entre os principais nas campanhas abolicionistas, que se sucedem na imprensa, nas associações, nas ruas, etc., é pouco lembrado entre os militantes negros e, menos ainda, na literatura brasileira. À medida que nos últimos a produção literária negra no Brasil, é uma tendência que a obra do José do Patrocínio seja lida e relida, cenário que acredito talvez já tenha começado timidamente entre nós acadêmicos.

Em *José do Patrocínio O herói esquecido* (2003), Jorge Renato Pereira Pinto definiria Patrocínio:

Preto, pobre e plebeu, José do Patrocínio carregava consigo três estigmas em “p”, motivo de opróbrio do brasileiro que nascia e vivia ao tempo do Império. Preto era sinônimo de escravo, pobre era (como ainda hoje) uma sentença de exclusão, e plebeu era obstáculo para quem aspirasse ocupar espaços de realce na vida pública ou na sociedade daqueles tempos. (PINTO, 2003, p. 09)

Bem antes de Jorge Renato Pereira Pinto (2003), nos fins dos anos 50, outro escritor se interrogava do esquecimento do nome de José do Patrocínio na Literatura Brasileira. Na obra *José do Patrocínio, romancista* (1959), Nilo de Freitas Bruzzi, discute o esquecimento e, na contramão deste esquecimento, a relevância da obra de Patrocínio, que foi inclusive um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras – ABL, ocupando a cadeira 21^ª. Após tentativas empreendidas para tirar as obras de Patrocínio do esquecimento, diz Bruzzi (1959): *O certo é que meu entusiasmo pelo romancista não teve eco e ele continua ignorado, com seus romances esquecidos, apenas caídos no domínio público.* (BRUZZI, 1959, p. 06).

O domínio de um grupo social sobre outro não necessariamente se exercita pela força das armas, da guerra. Deter armas e oprimir por meio delas um grupo específico pode ser o ponto menos forte numa luta entre classes sociais (e cores). O itinerário mais determinante para uma vitória em uma batalha entre grupos sociais (e raciais) heterogêneos por vezes se mostra, com mais vigor, no campo ideológico, em que a construção e a perpetuação de idéias, símbolos, memórias, histórias, teorias norteadoras, etc.; erigidas e solidificadas sob um valor de verdade, de ciência, de oficial, assumem um papel crucial para que um grupo suplante outro grupo.

O LUGAR DO NEGRO, TEORIAS E MENTALIDADES

A Memória e a fala, entre outros mecanismos, neste contexto de luta, entre grupos sociais e raciais diversos, constituem um instrumento de dominação, ao edificar um passado, segundo a ótica do grupo dominador, e decisivamente fazer dela uma memória dita oficial de toda uma sociedade que, embora esteja multifacetada em grupos diversos, passa a ouvir e a validar a memória do grupo hegemônico. Em *Racismo & Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo* (2007), defendendo a tese da existência de três dinâmicas na gênese do racismo, Carlos Moore, sobre uma das três, afirma que:

a) O processo simbólico pela qual uma coletividade, convertida em grupo dominante, secreta uma consciência grupal para a rejeição de uma alteridade especificamente fenotípica, com a finalidade de exercitar uma dominação grupal permanente sobre esta última; (MOORE, 2007, p. 247).

Ao que Moore (2007) expressa por *consciência grupal* assemelha a noção de memória coletiva, proposta por Halbwachs (2006). Partindo destes teóricos, é deduzível que a coletividade, carregada de um aparato ideológico-político premeditado e específico contra um grupo racial, exerce coerção social sobre este.

Portanto, as marcas do sistema escravocrata sobre o negro escravizado não se canalizavam apenas no corpo, imposto ao trabalho servil e desumano. Era um corpo calejado e sofrido, não só devido à condição social – de escravizado – mas

também à condição psíquica engendrada pela suposta inferioridade do negro, estrategicamente bem construída e veiculada por teorias raciais de fundamentação teológica, filosófica ou científica; naturalizadas na memória coletiva brasileira.

Ao negro escravizado, marcas de dor, de exclusão, de preconceitos, de dilemas que se comprimem tanto no corpo quanto no imaterial, ou seja, na consciência e na inconsciência, realçando uma suposta desigualdade racial e uma condição de subalternidade do negro, aparentemente inequívocas. Moore (2007), ao falar sobre uma das dinâmicas do racismo, entende que:

c) A elaboração de estruturas intelectuais normativas (ideologias), especificamente destinadas a: primeiro, regulamentar as relações entre dominados e dominantes; segundo, inculcar um sentimento permanente de derrota no segmento subalternizado; e terceiro, criar uma convicção narcísica de inquestionável superioridade permanente e invulnerabilidade no setor dominante. (MOORE, 2007, p. 248).

Em outras palavras, tais marcas entranhavam sentimentos depreciativos na memória individual e coletiva. Por certo, a memória coletiva (e a dita oficial) da sociedade escravocrata do Brasil colônia sedimentava uma superioridade para o fenótipo branco, em oposição ao negro, tido como um ser inferior. Tal perspectiva vista como convicção pela coletividade brasileira, impunha ao negro duplamente um sentimento de inferioridade: primeiro, pela memória coletiva (ou dominante); e segundo, em consequência da ação e força desta na memória individual. Neste aspecto, cabe salientar o que considera Teresinha Bernardo em *Memória em branco e negro: olhares sobre São Paulo* (1998): *Pelo recurso à memória, é possível também captar os sentimentos experimentados, pois a lembrança do acontecimento vivido faz com aflorem o ódio, o amor, a alegria, a tristeza, o conformismo, a revolta.* (BERNARDO, 1998, p. 33)

Ao longo do século XIX, a problemática da escravidão no Brasil foi uma das principais pautas de discussões na política e na sociedade. Como desdobramento, era paralelamente discutido o papel do negro numa sociedade escravocrata e numa sociedade pós-escravocrata, caso a abolição se efetivasse, dividindo setores da sociedade civil e política, entre favoráveis e contrários à Abolição. De acordo

com o historiador Perdígão Malheiro (1964), no continente europeu, portanto, não exclusivo ao Brasil, a Abolição já nas primeiras décadas do século XIX, era debatida:

No tratado de Paris (30 de maio de 1814) e nos Congressos de Viena (1815) a questão do tráfico foi apresentada, discutida e resolvida; as grandes nações da Europa acordaram solenemente em promover a sua abolição; a Inglaterra sobretudo tomou aí uma posição superior. (MALHEIRO, 1964, p. 43).

A Coroa inglesa, parceira comercial do Brasil, exigia ao império brasileiro o fim do trabalho escravo. Pressões políticas e econômicas, vindas principalmente de países como Inglaterra e França, exerciam sobre o Brasil o imperativo de mais dia ou menos dia ter de abolir o trabalho escravo. No entanto, não se tinha ainda uma saída, por parte da elite brasileira, para o dilema da substituição da mão-de-obra escrava, dilema que seria superado com a imigração, sobretudo, de europeus, como frisa bem Ribeiro (1995:221): *Mas as classes dominantes reestruturaram eficazmente seu sistema de recrutamento da força de trabalho, substituindo a mão-de-obra escrava por imigrantes importados da Europa, cuja população se tornara excedente e exportável a baixo preço.*

No topo da pirâmide social brasileira, não havia só a família imperial. Existia também uma elite (branca) econômica formada por fazendeiros, agricultores, que não abria mão do trabalho escravo dos negros. Parte desta elite não estava apenas em seus latifúndios, mas também no governo, isto é, nas cadeiras do Senado, da Câmara, e exerciam, por outro lado, uma pressão política em favor do *status quo*, ou seja, da manutenção da escravidão.

A Abolição dos escravos que poderia ocorrer nas primeiras décadas do século XIX, haja vista as primeiras pressões inglesas sobre o Brasil, só aconteceriam em 1888, com a conhecida Lei Áurea, assinada pela regente princesa Isabel, que, segundo Julio José Chiavenato, em *O negro no Brasil, da senzala à Guerra do Paraguai* (1987):

A Abolição libertou o homem branco dos escravos. Não se trata de uma frase de efeito: a sociedade brasileira em 1888 já estava praticamente livre da escravidão, faltava-lhe libertar-se dos escravos, um ônus

incômodo. A lei áurea apenas regularizaria uma situação de fato. (CHIAVENATO, 1987, p. 212).

Paulatinamente no século XIX, no Brasil, é possível perceber uma marcha à Abolição, porém, antes da Lei Áurea, só no fim da primeira metade do século referido, é que ocorreria um resultado concreto, a Lei Eusébio de Queirós (1850), que extinguiria o tráfico negreiro no Brasil, lei esta derivada do *Aberdeen Act*, decreto-lei aprovado no Parlamento inglês, em 1845, que dava plenos poderes à Marinha Real Britânica para prender em qualquer parte do mundo navio de tráfico negreiro; e que, de acordo com o *Dicionário Histórico Brasil Colônia e Império* (2001:202): *Esse decreto foi uma medida extrema da Inglaterra para forçar o Brasil a extinguir efetivamente o tráfico negreiro, conforme estipulado na Lei de Abolição do Tráfico de 1831*. Mais de duas décadas depois da Lei Eusébio de Queirós (1850), é que se aprovaria outra, a Lei do Ventre Livre (1871), cuja lei garantiria a liberdade ao filho recém-nascido de escravo. E, em 1885, seria promulgada a Lei dos Sexagenários, que concedia liberdade a todos os escravos com 60 anos ou mais.

Este ritmo gradativo em que é traçado o caminho até a conquista da Abolição comprova a timidez ou resistência de setores da sociedade civil e do governo brasileiro em efetivar legalmente a libertação dos escravos. Em um primeiro momento antes de se perceber que a escravidão dava prejuízo em relação ao trabalho livre dos imigrantes trazidos para o Brasil, parte desta resistência não só se explica, no âmbito das perdas econômicas que alguns setores da sociedade teriam, mas também pelas ideologias presentes e correntes nela, que viam o negro como um ser inferior. Viam e ratificavam este olhar não só com o senso comum, mas, sobretudo, com os olhos da Ciência, o que tornava o embate de uma suposta desigualdade racial entre brancos e negros mais legitimada no Brasil e no mundo.

Três cientistas europeus, neste aspecto, forneceriam argumentos e pressupostos ditos científicos para demonstrar a inferioridade do negro em relação ao branco e, suas respectivas teorias, com maior ou menor grau, teriam peso no tratamento racial dado aos negros no Brasil e em outras nações.

Em 1758, Carolus Linnaeus (1707-1778), criador do sistema de classificação dos seres vivos, nomeou a espécie humana em *Homo sapiens*, e a subclassificou em quatro subespécies: os vermelhos americanos, que segundo Linnaeus seriam “geniosos, despreocupados e livres”; os amarelos asiáticos, “severos e ambiciosos”; os negros africanos, “ardilosos e irrefletidos”, e os brancos europeus, “ativos, inteligentes e engenhosos”. O nome de Linnaeus não ecoou diretamente na intelectualidade brasileira, no entanto, sua teoria se cristalizou entre os brasileiros, por via de Francis Galton (1822-1911) e de Arthur de Gobineau (1816-1882).

Galton engendrou o conceito de *Eugenia*, isto é, a concepção de que pela seletividade artificial era possível melhorar a espécie humana. Neste sentido, os cruzamentos inter-raciais eram mal vistos pela tese eugênica, preocupada em criar humanos mais notáveis e conseqüentemente uma sociedade mais forte. Segundo a pesquisadora Maria Eunice de S. Maciel: *No Brasil, ganhou vulto nas primeiras décadas do século XX, pois seus pressupostos forneciam uma explicação para a situação do País (que seria de um “atraso”) e, ao mesmo tempo, indicava o caminho para a superação dessa situação* (MACIEL, 1999, p. 121).

Outro cientista, mais influente na intelectualidade brasileira, que defendia a inferioridade do negro fora Arthur de Gobineau (1816-1882). As teses deste teórico sobre as raças humanas foram explicitadas na obra, de sua autoria, o *Ensaio sobre as desigualdades das raças humanas* (1855). Nesta obra, Gobineau via também o negro como uma raça inferior à branca, e aclarava que a miscigenação entre as raças humanas significava uma degeneração da espécie humana. Segundo o mais estudioso biógrafo de Gobineau, Georges Raeders (1988), este teórico francês, que se tornou amigo do Imperador Dom Pedro II, viveu um pouco mais de um ano no Brasil, na condição de diplomata e talvez tenha sido o principal pensador estrangeiro a deixar no imaginário coletivo e na intelectualidade brasileira o gérmen da inferioridade relativa aos negros e mestiços. Na obra de *O inimigo cordial do Brasil* (1988), Raeders (1988) recupera, por meio de sua pesquisa, algumas falas de Gobineau no tocante à racialidade brasileira. Uma, dentre tantas que poderiam ser expostas como argumento para demonstrar o posicionamento contrário de Gobineau ao negro e ao mestiço:

Se o imperador é um ariano puro, ou quase, os brasileiros, ao contrário, não passam de mulatos da mais baixa categoria: “Uma população toda mulata, com sangue viciado, espírito viciado e feia de meter medo...” E vai mais longe: “Nenhum brasileiro é de sangue puro; as combinações dos casamentos entre brancos, indígenas e negros multiplicaram-se a tal ponto que as matizes da carnação são inúmeros, e tudo isso produziu, nas classes baixas e nas altas, uma degenerescência do mais triste aspecto”. (...) “Já não existe nenhuma família brasileira que não tenha sangue negro e índio nas veias; o resultado são compleições raquíticas que, se nem sempre repugnantes, são sempre desagradáveis aos olhos.” (RAEDERS, 1988, p. 89)

A obra já citada de Gobineau influenciou pensadores brasileiros como Nina Rodrigues, Sílvio Romero, Euclides da Cunha, entre outros. Não somente intelectuais, mas também a muitos governantes da nação brasileira, que, com base nas teorias de Gobineau, defenderiam e promoveriam a imigração europeia nas últimas e primeiras décadas respectivamente do século XIX e XX. Sobre esta mentalidade eurocêntrica e goblinista dos governantes, o historiador Manuel Bonfim (1868-1932), desferiu uma dura crítica em sua obra *Brasil Nação* (1998 [1931]):

No vazio da inteligência, com a grosseria das aspirações, incapazes de correspondência com a realidade, prontos a explorar o que a força e a riqueza material oferecem, os nossos dirigentes são prontos, igualmente, em aceitar quantos conceitos e juízos lhes dêem as suas curtas leituras, desde que se acordem à insuficiência de pensamento e grosseria de propósitos que os caracterizam. Assim se explica o empenho com que apelam para a imigração, o valor que lhe dão, as estutices que repetem, quanto à significação histórica do clima brasileiro, e, sobretudo, a empáfia bestial e antibrasileira com que repetem interesseiros, falsos e ferozes conceitos, argüidos pela falsa ciência, a serviço do colonialismo, contra os fracos escravizados de ontem, dominados e explorados hoje, em nome de uma pretensa superioridade de raças. (BONFIM, 1998, p. 561)

Estas teorias raciais encontraram receptividade na sociedade brasileira, e nas elites intelectuais e políticas. Em razão da pluralidade étnica brasileira, tornou-se uma serventia política para instrumento de dominação por parte de uma elite branca. Estas teorias e falas, mais vigorosamente as de Gobineau, teceram uma memória coletiva nefasta na sociedade brasileira contra o negro, concorrendo para

que o negro fosse visto na sociedade como sinônimo de inferior, feio, desprovido de talentos, de intelectualidade, etc. Esta memória coletiva (e dominante) direcionava o negro à subalternidade.

Em meio a um *status* de cientificidade e de verdade, tais teorias reforçaram a naturalização da suposta subalternidade do negro no âmbito social e racial. Emergentes na intelectualidade e memória brasileiras, não se ausentam no que concerne ao texto literário brasileiro. Para Domício Proença Filho (2004:01), *a presença do negro na literatura brasileira não escapa ao processo marginalizador que, desde as instâncias fundadoras, marca a etnia no processo de construção de nossa identidade.*

O decênio 70 do século XIX, para Bosi (2006), na intelectualidade e na literatura brasileira, constituiu praticamente um divisor no meio literário brasileiro, um momento florescente para uma literatura anti-romântica e promotora de assuntos mais consonantes com a nação, entre estes o papel do negro na sociedade brasileira.

Segundo Bosi (2006), com Tobias Barreto e a chamada Escola de Recife cresceram no meio literário toda uma elite pensante, a qual exerceria uma expressiva importância no desenvolvimento das idéias culturais, políticas e sociais no Brasil.

É toda uma geração que começa a escrever por voltar de 1875-80 e a afirmar o novo espírito crítico aplicando-o às várias faces da nossa realidade: Capistrano de Abreu no trato da História; Sílvio Romero, cobrindo com sua fortíssima paixão intelectual a teoria da cultura, as letras, a etnografia e o folclore; Araripe Júnior e José Veríssimo, voltados de modo intensivo para a crítica; (...); enfim, Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, que exprimiram superiormente a vida social brasileira dos fins do século passado e dela participaram não só como escritores, mas também como grandes homens públicos de estirpe liberal. Crescidos também nessa cultura, João Ribeiro, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Oliveira Viana e Manuel Bonfim souberam, porém, transcendê-la em certos aspectos, motivo por que é preferível estudá-los imediatamente antes dos modernistas. (BOSI, 2006, p. 245)

Engendrado neste contexto supracitado, o romance *Motta Coqueiro ou a pena de morte*, escrito em 1877, nutre-se dos debates e polêmicas, bem como da florescência intelectual deste período, no qual uma intelectualidade vigorosa

intenta rediscutir o país. Mancebo, com seus vinte e quatro anos ainda, Patrocínio, à época da confecção do romance, não gozava ainda o *status* de um intelectual reconhecido. No entanto, mostra-se como mais um nascente homem das letras neste decênio.

Com seu primeiro romance, escrito de forma lúcida e perspicaz, trazendo à tona o espaço colonial e o problematizando a partir de referências teóricas e científicas da época, como o Positivismo, o Abolicionismo, o Escravismo, etc., o jovem escritor campista surpreende a Literatura Brasileira com um romance singular não só por retratar a sina de Motta Coqueiro, mas também por articular com desenvoltura ficcionalidade e realidade, sublinhando nela um tom abolicionista, anti-latifundiário e anti-colonial, tons estes que se manifestam por meio das vozes e memórias explicitadas pelos personagens socialmente desprestigiados no romance.

Paralelamente ou buscando a centralidade na obra, problematiza o dilema de cor na sociedade brasileira, por meio de uma situação específica (a dos escravos do sítio de Macabu, área situada no norte fluminense), enunciando e denunciando, em maior ou menor grau, o drama do negro no Brasil.

Embora de cor negra (ou mulata) e oriundo do norte fluminense, região de muitas fazendas e de trabalho escravo, Patrocínio nunca trabalhara como escravo em sua cidade natal, nem em outro ambiente rural. A experiência de Patrocínio com a escravidão (ou o sentimento de se estar escravizado) pode ser retratada em dois momentos distintos.

O primeiro deles se dá na infância até o começo de sua adolescência, durante a vivência dele na Fazenda do Imbé, de propriedade de seu pai, o vigário João Carlos Monteiro (que não o reconhecia como filho, ainda que lhe oferecia uma condição de tal). Durante este tempo, que dura em torno de 13 a 14 anos, Patrocínio teve em contato direto com a realidade de um latifúndio no qual havia escravos e toda uma cotidianidade inerente à escravidão. De acordo com Magalhães Junior (1969:08), o pai de Patrocínio tinha, à época da infância de Patrocínio, noventa e dois escravos em sua propriedade. Neste período, ainda segundo Magalhães Junior (1969:10), Patrocínio, quando ia à fazenda referida do

pai, era tratado como um *ioiôzinho* (um senhorzinho), inclusive com cavalo selado à disposição. Ressalta ainda: *Ao Zeca nos anos de infância, proporcionava o que havia de melhor. Satisfazia-lhes todos os caprichos, a tal ponto que seus amigos temiam pelo futuro do menino, estragado por tantos mimos.* (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 10)

Tal condição, em certa ocasião, levou-o a maltratar um escravo da propriedade de seu pai. Escreve Magalhães Junior (1969:11), tendo como referência o testemunho de Ernesto de Sena – amigo de infância de Patrocínio e, mais tarde, um abolicionista – que a repreensão do vigário João Carlos à agressão de Patrocínio ao escravo causara profunda mudança em Patrocínio, a ponto de este posteriormente contribuir para fugas de escravos e apelar contra os açoites.

Além da vivência na Fazenda do Imbé, que lhe fornecera um contato próximo aos escravos e aos dramas e dilemas destes, num segundo momento, passando a viver sozinho na corte, é que Patrocínio passaria a conhecer o dilema da escravidão por outra face: o sentimento de ser um escravizado. As relações de trabalho na Santa Casa de Misericórdia e na Casa de saúde Bom Jesus foram consideradas por Patrocínio uma espécie de escravidão, dado o ordenado mísero que recebia e as condições de trabalho, como transcrito em um dos seus artigos, os quais Magalhães Junior (1969) recupera: *“O trabalho era pesadíssimo; a vida sem conforto e sem esperança.”* (MAGALHÃES JÚNIOR, 1969, p. 16).

Além disso, a necessidade de morar de favor em casa de terceiros também lhe punha em uma situação muito incômoda, ainda que diferenciasse sobremaneira da condição de um escravo no ambiente rural em Campos, por exemplo. Somadas às questões de condições de trabalho precárias e dependência domiciliar e financeira de terceiros, certamente o dilema de cor perturbava também o pensamento de Patrocínio. A sociedade que ele enxergava privilegiara o branco nas relações de trabalho em detrimento dos negros. Em Campos, cidade que, segundo Lana Lage da Gama Lima, na obra *Rebeldia negra & Abolicionismo* (1981), era considerada região de grande foco da rebeldia negra, antes mesmo da presença de ilustres abolicionistas que descenderiam da região (1981:87),

Patrocínio tivera o desprazer de lidar com uma situação típica da época, porém, aparentemente nova para ele na condição de vivenciador, e não mais de expectador.

Fui caixeiro, em Campos, durante seis dias, e o meu patrão, que era uma excelente pessoa, ao fim desse pouco tempo dirigiu-se a mim e disse-me, com certo acanhamento, que eu não poderia continuar, porque o público não gostava de ver uma pessoa de minha cor no balcão. (MAGALHÃES JUNIOR, 1969, p. 12)

Além disso, não somente em Campos dos Goytacazes, mas na própria corte, teve de driblar com o dilema de cor, em seu relacionamento amoroso com Bibi, cujo pai não aceitava bem um genro negro (ou mulato); com a desconfiança, em alguns momentos, de colegas de trabalho em relação à sua capacidade e inteligência; e outras situações no cotidiano que lhe sinalizavam o dilema de cor. É importante frisar que raça (ou cor de pele) não constitui um assunto particular de Patrocínio. Na verdade, principalmente depois da segunda metade do século XIX, o tema raça (ou cor) é essencialmente um dos elementos-chaves e incômodos na (re)construção da nação brasileira.

Com vinte e quatro anos, não insensível à escravidão e ao dilema de cor e classe social na sociedade fluminense e brasileira, antes se sentindo pertencente a estes dilemas, Patrocínio leva para sua primeira prosa estas questões, envoltas em suas memórias individuais tanto na infância quanto na juventude, além das coletivas que povoavam na sociedade.

UMA SUPOSTA CONDIÇÃO DE INFERIORIDADE CONSTRUÍDA NA SOCIEDADE EXPOSTA NO ROMANCE

Dois exemplos, no romance *Motta Coqueiro ou a pena de morte*, norteiam uma memória dominante (e coletiva) sobre o negro como sinônimo de inferior: um deles se refere a uma fala do personagem *Juca*; e outra diz respeito ao tratamento dado ao personagem Manuel João ante a seus dois amigos Oliveira Viana e Sebastião.

Quanto ao primeiro exemplo, a memória coletiva da sociedade fluminense e brasileira relativa à cor negra encontra-se devidamente representada em uma fala expressiva do personagem Juca, filho de Francisco Benedito, servindo como um ponto de partida para compreender o dilema de cor:

Oh! negro, gritou Juca Benedito, não me obrigues a fazer com que conheças o teu lugar! Olha que o subdelegado ainda tem *bacalhaus* em casa para quebrar a proa aos *perrengues* malcriados! (PATROCÍNIO, 1977, p.161).

O que o personagem Juca diz, às claras e sem eufemismos, é que existem posições sociais pré-definidas na sociedade. A posição do negro, na memória de Juca e na memória coletiva brasileira, tem de ser inferior em relação ao branco. Este incidente entre o filho de Francisco Benedito e o feitor Fidélis parece ter sido o único embate físico entre brancos e negros no romance. O que prevaleceria, no enredo construído por Patrocínio, no tocante aos conflitos inter-raciais, seria o embate psicológico não-direto, em que alguns personagens negros, apesar de coadjuvantes na obra, assumiriam o protagonismo no âmbito do relato da cor na estrutura social apresentada no romance, que tipificava também a sociedade rural e citadina do tempo de Patrocínio. Em muitas passagens, fica nítido o interesse do autor em dar voz a alguns personagens negros em relação ao drama da cor negra no cenário do latifúndio rural.

As falas e memórias dos personagens negros sobre a escravidão, o dilema da cor, a posição subalterna destes na estrutura social, entre outros aspectos, são geralmente postas em diálogo com o semelhante, ou seja, com outro membro da mesma cor, o qual tende a compreender as problemáticas inerentes à cor e à classe social. Elas não são concebidas no diálogo geralmente com o opressor branco, e tal característica geralmente imprime a elas, para o leitor, uma feição de monólogo, de desabafo, de introspecção, em virtude da punição física e psicológica a que estavam sujeitos, caso rompesse com a estrutura colonial, na qual figurava um quadro típico cujo negro escravo estava em silêncio e sob as ordens irrestritas do senhor branco: Às vezes o serviço era dirigido pelo senhor em pessoa; mas o aspecto da casa não se alterava, porque vindo só para o sítio, Motta Coqueiro apenas era visto em casa quando de manhã muito cedo ditava ordens ao seu feitor ou à noite ouvia dele a narração do serviço

feito. Em face deles quedavam então os escravos alinhados e taciturnos. (PATROCÍNIO, 1977, p.42)

Como artefato do processo de criação de um romance, a memória individual e a memória coletiva, retomando Halbwachs (2006), explica com razoabilidade o enredo a que Patrocínio é levado a traçar. Do ponto de vista da concepção bergsoniana de que o passado se move para o presente (BERGSON, 2006, p. 47), convém dizer que no romance *Motta Coqueiro ou a pena de morte*, Patrocínio se vale certamente de suas memórias pessoais, auferidas até a data em que escrevera seu primeiro romance; e de uma memória coletiva arraigada e presente na sociedade brasileira, calcada numa ideologia pró-inferioridade psicossocial do negro.

Pondo-as no papel – em jornal, alcançando assim de certa forma as massas – diante da sociedade do seu tempo, seja de forma implícita ou não, a memória pessoal de Patrocínio sobre a escravidão aclara nas páginas do romance de uma forma contundente, mostrando as vilezas das relações escravocratas, relevando os dilemas de cor e classe social na sociedade, aprofundando questões não muito levantadas por outros romancistas de sua época, por exemplo, os eminentes Machado de Assis e José de Alencar.

À medida que o leitor passa a ter contato com a biografia do autor campista, percebe lembranças, conflitos e dilemas oriundos da memória do autor postos na vida, memórias e ações de vários personagens na obra, sejam elas masculinas ou femininas. Misturada ao texto ficcional, existe na obra uma memória pessoal que se revela às vezes com uma proposta de memória social da escravidão, visto que na obra o autor retrata a sociedade (especialmente a rural), a bem da verdade, a partir de seu prisma, tal como ela é, com um olhar realista, que torna o romance não só uma obra literária, mas também um registro da escravidão, um documento, cujas linhas explicitam uma sociedade perversa contra o negro, mesmo tendo neste romance um protagonista branco enforcado, no entender de Patrocínio, de modo injusto.

Na confecção do romance, o qual é construído e embasado, em muitos momentos, com dados de uma memória individual e coletiva, deve-se ponderar

também que inexistente um limite contínuo e inequívoco entre a memória individual do autor e memória coletiva de seu tempo. Conforme explica Halbwachs, as duas memórias (a pessoal e a social) não estão dissociadas, separadas, e sim intercambiantes, inter-auxiliares mutuamente, como escreve Halbwachs (2006): Se essas duas memórias interpenetram com frequência, especialmente se a memória individual, para confirmar algumas de suas lembranças, para torná-las mais exatas, e até mesmo para preencher algumas de suas lacunas, pode se apoiar na memória coletiva. (HALBWACHS, 2006, p. 71).

A memória individual de Patrocínio e a memória coletiva a respeito do negro na estrutura escravocrata se entrecruzam, logo definir um limite entre o início de uma ou o término da outra não constitui uma tarefa a princípio realizável. Porém, o resultado, ou seja, o romance escrito pode-se dizer que é fruto de uma mistura das memórias do autor e das do autor formadas ou tidas no contato com o coletivo, que geram um romance peculiar no tocante às relações raciais entre brancos e negros, dado a condição de ser também um romancista e abolicionista. Esta citação de Halbwachs (2006) colabora para lançar a tese de que Patrocínio escreveu seu primeiro romance mergulhado entre dois mares: o da Abolição, no qual ele emergia como uma voz possante; e no mar da ignorância da cientificidade européia e brasileira, que concebia a inferioridade do negro em relação ao homem branco.

Entrecortando-se a estes dois mares, como um homem hábil nas palavras, Patrocínio consegue retratar com destreza uma memória da escravidão, tanto pelo prisma do *status quo*, ao construir toda uma colonialidade e normalidade de dominação e opressão na relação *senhor branco* e *escravo negro*; quanto em chamar a atenção para o drama dos escravos, especialmente, por meio da personagem Balbina, elevando assim seu tom abolicionista, mostrando a escravidão como uma mazela social e psíquica.

Relevante nestes 'dois mares', a memória dominante sobre a inferioridade do negro, além da fala de Juca, no texto, ainda que em nível mais implícito ou subliminar, porém, tais características a fazem mais sutis e vigorosas como um exemplo da memória dominante é a tríade *Oliveira Viana*, *Sebastião Pereira* e *Manuel João*.

Esses três personagens ao longo da trama aparecem geralmente juntos, unidos em prol da conquista por uma das três filhas de Francisco Benedito. A forma como são descritos revela que há uma gradação entre os três, em que Oliveira Viana e Sebastião aparentam ser racional e emocionalmente mais equilibrados do que Manuel João. Em hipótese, a teorizações reinantes, na época da tragédia de Macabu e do tempo de Patrocínio, de que o branco seria um ser humano mais dotado psicologicamente que o negro e o mestiço. Patrocínio não explicita no seu texto a raça de Oliveira Viana e de Sebastião Pereira. Sugere, porém, pela posição social tida e pela ausência da problematização de cor em paralelo a Manuel João, no desenvolver da tentativa de conquistar as filhas de Francisco Benedito, que Oliveira Viana e Sebastião Pereira fossem indivíduos de cor branca. Mas expõe, para sobrelevar uma problemática, a raça de Manuel João, e logo na primeira citação, na qual ocorre a enunciação dos três novos personagens no enredo:

Havia três indivíduos a quem tamanha familiaridade incomodava. Eram eles Manuel João, um mulatinho de vinte e poucos anos, bem apessoado e falante, - um pernóstico, segundo o Viana da venda; o Sebastião Pereira, robusto rapaz que morava perto das terras de Coqueiro, e muito conhecido pela perícia em tocar viola e cantar o desafio; e o Viana da venda já meio maduro - como dizia o André inspetor, e creio mesmo que ligado por laços matrimoniais. Cada um desses três indivíduos suspirava muito em segredo por uma das morenas do Chico Benedito - por *pena* das pobres raparigas. (PATROCÍNIO, 1977, p. 44)

A questão racial de Manuel João é posta ao lado de uma visão de Viana, isto é, de um branco que classifica, caracteriza, julga aquele: *um pernóstico*, no sentido de um *espevitado*. Não aparece a visão de Manuel João sobre o Viana, e sim o contrário, o que reforça a concepção, calcada numa memória dominante de que o negro pode ser retratado inferiormente por um branco, e não o contrário.

Convém ressaltar que Oliveira Viana não é retratado por Patrocínio como uma figura benéfica, no sentido de ser um bom caráter, como bem se exemplifica nesta passagem:

A crueldade dos desdêns de Viana contiveram a desgraçada moça. Ao passo que o insultador, despeitado, afastava-se ela quedava perplexa, não adiantava. Havia desfeito

entre eles um grande charco de lodo; - era o caráter do vendeiro. (PATROCÍNIO, 1977, p. 139)

Ainda que mau caráter, prevalece no texto um *Viana* inteligente, articulador, líder entre os três postulantes ao amor das filhas de Benedito: *Com a boa vontade de um sequioso que farta-se a beber água salobra, o vendeiro saciava neste martírio a sua desforra indigna; corvejavam-lhe jubilosos, sobre a hediondez do caráter, os instintos da perversidade fria e calculista.* (PATROCÍNIO, 1977, p. 145). E ainda: *O vendeiro, hipócrita como todo um mosteiro e astuto como cinquenta raposas; percebeu logo que a situação do triunvirato era perigosa.* (PATROCÍNIO, 1977, p. 78).

Por outro lado, Manuel João é visto no romance como um indivíduo temperamental, desequilibrado:

Despertado ao torpor, que o avassalara, pelo barulho dos escravos, Manuel João acompanhou-os até o terreiro com aparente bom humor, levando o seu recalcar de sofrimentos ao ponto de sorrir benevolmente à repetição da censura, que na véspera lhe havia sido feita pelo amo. (PATROCÍNIO, 1977, p. 86)

O episódio no qual Manuel João e Mariquinhas se encontram à noite sozinhos na sala da casa de Benedito demonstra também o destempero visto pelas teorias da degeneração como característico do mulato:

- Não brinque, *sá* Mariquinhas; eu não saio hoje daqui sem saber se devo viver ou morrer. Eu não vim cá por *sá* Antonica; eu vim para certificar-me de que você me estima. Quero que jure-me, que repita uma, cem vezes: eu só serei tua, só tua... (PATROCÍNIO, 1977, p. 101).

Por falar neste episódio, além de ser rico a título de exemplificação, é emblemático no que se refere à caracterização do homem negro ou mulato, tido como violento e lascivo. Abundam neste acontecimento e em outros, no enredo, que apontam para esta crença, oriundas da memória dominante e de supostas teorias científicas, como se observam abaixo:

Um observador perspicaz, ao ouvir estas palavras, compreenderia imediatamente que na memória de Manuel João desenhava-se na suavidade do seu amorenado a pedir uma paixão selvagem, indômita, a imagem de Mariquinhas. (PATROCÍNIO, 1977, p. 62)

Desde que Manuel João empregara-se como feitor no sítio de Motta Coqueiro, íntimas relações foram travadas entre eles. Separados durante o dia em virtude de suas posições, ela – escrava do *eito* e ele - feitor, reuniam-se à noite na igualdade do amor, e ceavam juntos entre risos e carícias. (PATROCÍNIO, 1977, p. 64)

O seu plano de sedução malogrou-se, era mister levar a cabo o segundo: o da violência. Levou a mão a cinta; estava desarmado; voltou então para junto de Mariquinhas e, travando-lhe do punho, disse-lhe com um acento que a fez tremer:

- Uma palavra mais, e eu que te estimo como um doido, arranco-te a língua como um malvado. Olha que já há noites que eu penso nisto; enforquem-me depois, mas eu hei de chamar-te minha hoje, já... Uma palavra mais e... esta casa tem armas e no meu pulso há força. (PATROCÍNIO, 1977, p. 101)

A abundância destas citações ao longo da trama sobre o temperamento e comportamento de Manuel João, aliadas às ausências de exemplos semelhantes no tocante às caracterizações e às ações de Oliveira Viana e Sebastião Pereira, depõem contra o feitor, desqualificam o personagem negro ou mestiço, por mais que os três personagens sejam de caráter enganoso:

- Está bom, está bom, *seu Viana*; nenhum de nós engana um ao outro; você não quer nem queria casar-se com Antonica e podia fazer como nós, não quis por tolo. Venha daí e veja se acomoda o velho. Nós temos sido amigos até hoje e não devemos brigar por cousas de pouca monta. A zanga da menina há de passar; assim seja você bom para ela agora. (PATROCÍNIO, 1977, p. 146).

A construção de uma memória dominante sobre o negro e o mestiço como sinônimo de inferior, como já se demonstrou, não veio por meio da Literatura. Esta foi apenas uma das ressonâncias na sociedade brasileira. No romance de Patrocínio, destaca-se a fala de Juca, sem sutilezas e direta ao negro, que marca uma diferenciação a respeito do lugar do negro, ou seja, subalterno, em relação ao homem branco. Tal fala, amparada na memória dominante (e coletiva) contrasta com a sutileza da desigualdade racial entre o homem branco e negro, retratada conjuntamente na tríade *Oliveira Viana, Sebastião e Manuel João*, que apontam novamente para uma subalternidade do negro, bem como reforçam estereótipos veiculados pelas teorias racistas no século XIX. Em ambos os casos, tanto na fala de

Juca, quanto na inocente desigualdade racial aludida acima, o que se verifica são frutos de uma memória dominante, circulante na sociedade.

CONDIDERAÇÕES FINAIS

Em uma sociedade, em especial, aquelas formadas e marcadas por diversidades culturais e identitárias, não é incomum que os grupos construam entre si valores sobre o que seja positivo, negativo, benquisto, malquisto, etc. estabelecendo assim hierarquias, que engendram novas formas de relacionamento, as quais podem estar pontuadas pelo conflito, pela necessidade de mediar embates ideológicos, sendo neste aspecto, a literatura um meio, entre outros, pelo qual podemos tanto ver as hierarquizações presentes em uma sociedade, quanto as formas que são construídas para sedimentar conflitos, amenidades, etc. Neste aspecto, é que entendo que a Motta Coqueiro ou a pena de morte é um romance oportuno para ver ali como José do Patrocínio vai dialogar com a sociedade de sua época, um diálogo que se dá para além da ficção.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Uelinton Farias. **José do Patrocínio: a imorredoura cor do bronze**. Rio de Janeiro : Garamond, 2009.
- BERGSON, Henri. **Memória e vida**: textos escolhidos por Gilles Deleuze. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BERNARDO, Teresinha. **Memória em branco e negro**: olhares sobre São Paulo. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- BONFIM, Manuel. **O Brasil nação**. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- BRUZZI, Nilo. **José do Patrocínio, romancista**. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1959.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. **A vida turbulenta de José do Patrocínio**. Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1969.

MALHEIRO, Perdigão. **A escravidão africana no Brasil**. São Paulo: Editora Obelisco, 1964.

MOORE, Carlos. **Racismo & sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

ORICO, Osvaldo. **O tigre da Abolição**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpia Editora, 1953.

PATROCÍNIO, José do. **Motta Coqueiro ou a pena de morte**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves/SEEC, 1977.

PINTO, Jorge Renato Pereira. **José do Patrocínio: o herói esquecido**. Campos dos Goytacazes: Fundação Cultural Jornalista Osvaldo Lima, 2003.

RAEDERS, Georges. **O inimigo cordial do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Artigo aceito em dez./2015